

Legislar Matéria Penal: Impacto e Discussões na CCJ

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | novembro 25, 2024



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está analisando um projeto que permite que os estados tenham leis penais mais restritivas, o que pode afetar a uniformidade do sistema jurídico brasileiro. Simultaneamente, a PEC da Segurança Pública busca aumentar o controle da União sobre as diretrizes de segurança, gerando debates intensos entre deputados e resistência de governadores, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, levantando questões sobre jurisdição e centralização do poder federal no combate ao crime organizado.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa um projeto que permite aos estados legislar em matéria penal. Essa proposta pode mudar a dinâmica do sistema penal, atribuindo mais autonomia para estados e o Distrito Federal formularem legislações mais rigorosas do que a federal.

Projeto de Lei na CCJ

O projeto de lei em pauta na **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)** busca alterar profundamente a competência legislativa em matéria penal.

A proposta, considerada inovadora e polêmica, delega aos estados e ao Distrito Federal a capacidade de criar leis penais, desde que não sejam mais brandas do que as federais.

Isso significaria, na prática, que estados teriam a liberdade de impor penas mais rigorosas e estabelecer regras específicas sobre o cumprimento das mesmas, como regimes de prisão e condições para progressão de pena.

Esse poder local poderia, teoricamente, abordar necessidades regionais únicas e características criminosas distintas em cada estado.

Por outro lado, a proposta enfrenta críticas consideráveis, com argumentos de que poderia culminar em um sistema jurídico fragmentado e desigual, onde a mesma conduta criminosa poderia ser punida de maneiras drasticamente diferentes dependendo da localização geográfica.

Esse ponto acirra os ânimos no debate, levantando questões sobre a uniformidade do direito penal no Brasil.

Além disso, a proposta deve passar por várias etapas burocráticas dentro da própria CCJ e do Congresso.

O seu avanço depende de uma série de fatores, incluindo a mobilização de deputados e a capacidade de eis de obstruir a pauta com manobras regimentais conhecidas como “kit obstrução”, postergando assim a discussão e votação final.

PEC da Segurança Pública

A **PEC da Segurança Pública**, proposta pelo Executivo, busca transformar a atuação da União em temas de segurança ao conferir-lhe o poder de estabelecer diretrizes gerais para a política nacional de segurança pública e defesa social.

Este movimento contrasta com o projeto discutido na CCJ, que pretende descentralizar a legislação penal, permitindo maior autonomia aos estados e ao Distrito Federal.

Entre as principais mudanças incluem-se a criação de um *Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)* e a atualização das competências de forças federais como a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Além disso, a proposta planeja constitucionalizar o Fundo Nacional de Segurança Pública, promovendo, assim, a reorganização dos recursos destinados à segurança.

No entanto, a proposta já enfrenta resistência, especialmente por parte de governadores do Sul e do Sudeste, que criticaram a medida por potencialmente aumentar o poder do governo central às custas das autonomias estaduais.

Esses líderes regionais, através da “Carta de Florianópolis”, manifestaram oficialmente sua oposição à PEC, argumentando que as alterações propostas não condizem com as necessidades estaduais no combate ao crime.

Ainda não oficializada no Congresso, a PEC continua sendo uma questão controversa, mobilizando debates sobre a extensão do poder federal e os limites da autonomia concedida aos estados na gestão da segurança pública.

O governo busca, no entanto, reforçar a integração e eficiência nas respostas ao crime, alegando que uma uniformidade nas diretrizes pode ser mais eficaz contra o crime organizado e transnacional.

Debates na Comissão

Os debates na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) têm sido acalorados, refletindo a polarização em torno do projeto de permitir que estados legislem sobre questões penais.

Deputados contrários ao projeto argumentam que a movimentação pode levar a desarmonias significativas no sistema de justiça criminal do Brasil, onde leis estaduais divergentes poderiam criar conflitos sobre a jurisdição e aplicação das penas.

Os defensores, por outro lado, apontam para a necessidade de permitir que os estados sejam mais proativos em suas respostas a problemas locais de criminalidade, adaptando leis à realidade e cultura regionais.

A possibilidade de legislar mais rigidamente sobre questões penais é vista como uma forma de aumentar a segurança pública e efetividade nas regiões mais afetadas pela violência.

Além disso, o projeto gera discussões sobre a esferas de poder, questionando até onde vai a autonomia dos estados no desenho de suas políticas criminais sem ferir a unidade nacional do direito penal.

Relatos de enfrentamentos verbais entre membros da comissão são frequentes, à medida que tentativas de adiamento através do “kit obstrução” geram impasses e prolongam a deliberação.

Diante da complexidade do tema, a CCJ se encontra em uma encruzilhada: reavaliar a divisão de competências federativas ou ratificar as tradições do direito penal unificado.

O desenrolar das discussões promete desafiar os legisladores a encontrar um meio-termo que respeite as adversidades regionais sem comprometer a consistência do sistema jurídico nacional.

FAQ – Perguntas Frequentes sobre Legislação Penal e Segurança Pública

O que é o projeto de lei em discussão na CCJ?

O projeto permite que os estados legislem sobre matérias penais mais rigorosas que as leis federais.

Qual a principal crítica ao projeto de lei na CCJ?

Críticos afirmam que pode levar a desarmonias no sistema de justiça, com leis estaduais divergentes.

O que propõe a PEC da Segurança Pública?

A PEC propõe que a União estabeleça diretrizes gerais para a política nacional de segurança pública.

Por que a PEC da Segurança Pública enfrenta resistência?

Governadores do Sul e Sudeste a criticam por aumentar o poder do governo central sobre os estados.

Como os debates na CCJ estão evoluindo?

Os debates são intensos, refletindo a polarização sobre permitir que estados legislem sobre questões penais.

Quais são os argumentos a favor do

projeto na CCJ?

Defensores dizem que permitirá respostas mais eficazes a problemas locais de criminalidade.

Fonte:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ccj-deve-analisar-projet-o-que-da-poder-a-estados-para-legislar-sobre-materia-penal/>